

CAPÍTULO 11

PANORAMA BRASILEIRO ATUAL DOS INDICADORES PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ODS

Diego Berwald

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPDPP)
Instituição: Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
Endereço: Cerro Largo - RS, Brasil
E-mail: diegoberwald@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-5953-2714>

Roberto Ramos Garcia Batista

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPDPP)
Instituição: Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
Endereço: Cerro Largo - RS, Brasil
E-mail: rrgbatista@yahoo.com.br
Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-3737-0853>

Alcione Aparecida de Almeida Alves

Doutora em Engenharia Ambiental
Instituição: Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
Endereço: Cerro Largo - RS, Brasil
E-mail: alcione.almeida@uffs.edu.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7738-942X>

RESUMO

Os objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram traçados em uma perspectiva global, entretanto possuem indicadores que necessitam ser investigados em nível nacional. Neste sentido, o presente estudo teve por objetivo analisar dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acerca dos indicadores brasileiros para os ODS compreendidos em: indicador produzido; indicador em análise/construção; indicador sem dados e; indicador que não se aplica ao Brasil. Mediante uma abordagem quantitativa, realizou-se uma pesquisa prioritariamente documental, em fontes secundárias (IBGE). Como resultado, constatou-se que o Brasil

avança na elaboração de dados vinculados aos indicadores de ODS, apesar de 121 dos 254 indicadores globais, que derivam dos 17 objetivos principais, encontrarem-se produzidos, em outubro de 2023, 72 ainda estão em análise ou construção e 51 permanecem sem dados. Dessa totalidade, 10 indicadores não se aplicam ao Brasil. No tocante aos indicadores elencados nas dimensões social, ambiental, econômica e institucional identificou-se que os indicadores brasileiros estão em maioria vinculados à dimensão social (102 de 6 objetivos), seguido do ambiental (62 de 6 objetivos), institucional (48 de 2 objetivos) e econômica (42 de 3 objetivos).

PALAVRAS-CHAVE: Indicadores brasileiros. IBGE. ODS.

INTRODUÇÃO

No Brasil existe compromisso formalizado com a sustentabilidade, a ordem jurídica brasileira elevou o desenvolvimento sustentável ao status de norma constitucional, inserindo-o no capítulo destinado ao meio ambiente, e a partir do art. 225 determina uma gama de direitos e de obrigações que Estado e sociedade devem observar para garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado, para o qual se estabelece que: *“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”* (Brasil, 1988).

Segundo o relatório da Comissão (CMMD, 1987, p. 43): *“Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que garante o atendimento das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas necessidades”*. Tal definição considera ainda dois conceitos-chave: o conceito de necessidades, em particular as necessidades básicas dos pobres de todo o mundo, aos quais se deve dar absoluta prioridade; e, o conceito de limitações, impostas pelo estado da tecnologia e pela organização social, à capacidade do meio ambiente de assegurar que sejam atendidas as necessidades presentes e futuras (Mueller, 2005). Segundo Sachs (2009), as condicionalidades ambientais devem ser respeitadas no processo de desenvolvimento que é indissociável das demais questões.

No contexto das relações internacionais, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) surgem como compromisso de 191 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) (Carvalho;

Barcelos, 2014), e correspondiam a um conjunto de metas globais de melhoria das condições de vida no mundo com prazo estipulado de cumprimento até o ano 2015. Os ODM consistiam em oito (08) objetivos principais, sendo estes: 1. Erradicar a pobreza extrema e a fome; 2. Alcançar educação primária universal; 3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4. Reduzir a mortalidade infantil; 5. Melhorar a saúde materna; 6. Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; 7. Garantir a sustentabilidade ambiental e; 8. Estabelecer uma parceria global para o desenvolvimento.

No Brasil os ODM serviram como referência para o direcionamento de políticas de desenvolvimento como as de transferência de rendas, propendendo a reduzir a extrema pobreza e a fome, problemas históricos do país. E, uma vez atingido o lapso temporal previsto, os ODM foram substituídos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em 2015, que têm um horizonte temporal até 2030.

Os ODS são uma iniciativa global implementada pela ONU em 2015 como parte da agenda para o desenvolvimento sustentável. Eles representam um conjunto de 17 objetivos e 169 metas interligadas, que compõem a agenda 2030 de aplicação global, sendo estes: 1. Erradicação da pobreza; 2. Fome zero e agricultura sustentável; 3. Saúde e bem-estar; 4. Educação de qualidade; 5. Igualdade de gênero; 6. Água potável e saneamento; 7. Energia acessível e limpa; 8. Trabalho decente e crescimento econômico; 9. Indústria, inovação e infraestrutura; 10. Redução das desigualdades; 11. Cidades e comunidades sustentáveis; 12. Consumo e produção responsáveis; 13. Ação contra a mudança global do clima; 14. Vida na água; 15. Vida terrestre; 16. Paz, justiça e instituições eficazes; 17. Parcerias e meios de implementação.

Para o Brasil, os ODS são importantes na medida em que fornecem um roteiro claro para o desenvolvimento sustentável, com abordagens de âmbito social, ambiental, econômico e institucional, com vistas a equilibrar o crescimento econômico e a conservação/preservação do meio ambiente. Ademais, o Brasil enfrenta desafios em relação à pobreza e à desigualdade e os ODS buscam reduzir essas disparidades promovendo igualdade de gênero, inclusão social e econômica, e o acesso equitativo a serviços como educação, saúde e água potável, visando eliminar a pobreza extrema em todas as suas formas como medida de promoção do desenvolvimento inclusivo.

Para o alcance dos ODS no país, faz-se necessário o estabelecimento de políticas públicas com capacidade de concretização do compromisso firmado. Fundamentalmente, tais políticas envolvem ações,

programas e estratégias visando solucionar questões específicas de impacto abrangente, por vezes globais. Nesse ponto, Pereira (1994) entendeu que o termo público, associado à política, não denota referência exclusiva ao Estado, mas sim à coisa pública. Significa dizer que, a política pública nacional é um compromisso de todos aqueles submetidos à égide de uma mesma lei e não apenas da administração direta, ainda que o Estado seja o provedor de tais políticas.

Notadamente, é atribuição do Estado a regulamentação e o provimento dessas medidas, entretanto, em diversas organizações sociais têm-se levantado discussões para a melhoria dos resultados vinculados aos ODS, incluindo-se as Organizações não Governamentais (ONGs), grupos de direitos humanos, associações, clubes de serviço e igrejas em suas diferentes congregações. Por oportuno, merece destaque a Encíclica *Laudato Si* da lavra do Papa Francisco (2015), em que é demonstrada a preocupação do Chefe de Estado com o modelo de desenvolvimento inconsequente e agressivo ao meio ambiente; para Conte (2019), o documento “concebido sob a ótica do desenvolvimento sustentável, atenta-se para problemas mundiais, tais como: poluição, mudanças climáticas, aquecimento global, escassez de recursos, perda da biodiversidade, espaço urbano, crescimento desordenado e degradação social”, assim como os ODS.

Cabe ressaltar que a Agenda 2030 é uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) que propõe um pacto global em prol do desenvolvimento sustentável. Seu principal intuito é garantir o desenvolvimento humano e o atendimento às necessidades básicas do cidadão por meio de um processo econômico, político e social que respeite o ambiente e a sustentabilidade (ONU, 2015) e apesar dos ODS terem sido traçados em uma perspectiva global, estes possuem indicadores que necessitam ser investigados em nível nacional.

Desta forma, o presente estudo se justifica pela inegável relevância de se identificar os indicadores brasileiros vinculados aos ODS em termos de indicador produzido, indicador em análise/construção, indicador sem dados e, indicador que não se aplica ao Brasil; Logo, como objetivo, buscou-se analisar a existência de indicadores brasileiros vinculados aos 17 ODS descritos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com dados apurados até outubro de 2023.

MÉTODO DE PESQUISA

Pesquisa documental

Este estudo buscou avaliar o número de indicadores brasileiros para os ODS propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Tais indicadores descritos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da plataforma odsbrasil, foram subcategorizados em: indicador produzido; indicador em análise/construção; indicador sem dados; indicador que não se aplica ao Brasil (IBGE, 2023). Para tanto, apresenta-se na Figura 1 a Sistematização da análise documental realizada.

Figura 1. Sistematização da análise documental realizada.

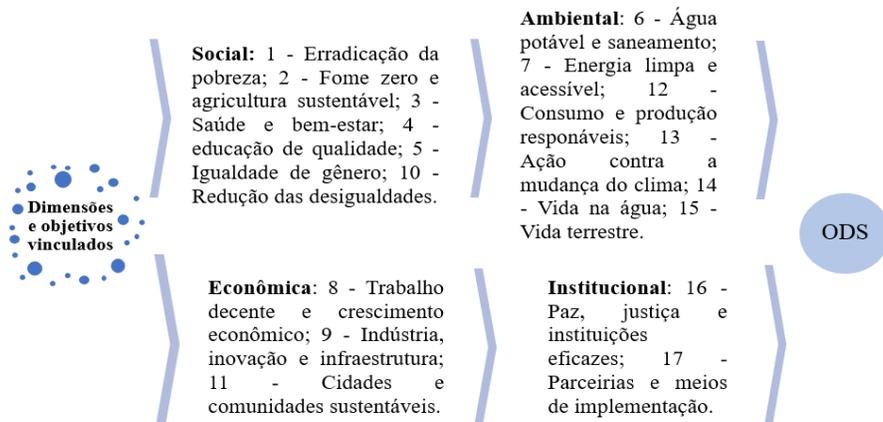


Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Conforme sistematização expressa na Figura 1, foi realizada uma pesquisa do tipo documental; conforme preconizam Marconi e Lakatos (2017, p. 193), consiste naquela que toma “como fonte de coleta de dados apenas documentos, escritos ou não, que constituem o que se denomina de fontes de dados”, sendo neste estudo considerado fonte de dados secundários relativos a dados informados ao IBGE e sistematizados por este instituto considerando a produção de indicadores individualizado de cada um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs

Nesta análise, priorizou-se os indicadores do país, sem compilar dados dos estados brasileiros, tampouco se pode ampliar, em termos de análise de conjuntura, todas as metas vinculadas aos ODS no Brasil e seus indicadores correlatos. Porém, corroborando ao descrito no documento “*Shaping the 21th Century: The Contribution of Development Cooperation*” (OECD, 1996) que fixava objetivos e metas (a maioria para 2015) vinculados aos ODM, considerou-se também uma subdivisão dos ODS em ao menos quatro dimensões (Figura 2): Social, Ambiental, Econômica e Institucional.

Figura 2. Subdivisão dos ODS em quatro dimensões.



Fonte: autores (2023).

A pesquisa foi produzida ainda, com base em dados vinculados aos indicadores brasileiros considerando a compilação de dados/informações até outubro de 2023.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Indicadores brasileiros dos ODS

No que tange aos ODS, sistematizou-se a partir de dados secundários os indicadores brasileiros vinculados a cada um dos 17 ODS, com devida especificação do que, na atualidade (2023) se encontra: produzido; em análise / construção; sem dados; aqueles que não se aplicam ao Brasil (Quadro 1).

Quadro 1. Descrição de Indicadores Brasileiros referentes aos ODS.

Indicadores brasileiros			
1. Erradicação da Pobreza: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.	Produzido: 1.1.1 - Proporção da população vivendo abaixo da linha de pobreza internacional, por sexo, idade, condição perante o trabalho e localização geográfica (urbano/rural); 1.2.1 - Proporção da população vivendo abaixo da linha de pobreza nacional, por sexo, idade, condição	Em análise / construção: 1.2.2 - Proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades vivendo na pobreza em todas as dimensões de acordo com as definições nacionais; 1.3.1 - Proporção da população abrangida por regimes de proteção social, por sexo e para os seguintes grupos populacionais: crianças, população	Sem dados / Não se aplica ao Brasil: -

	<p>perante o trabalho e localização geográfica (urbano/rural); 1.5.1 - Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes; 1.5.2 - Perdas econômicas diretas atribuídas a desastres em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) global; 1.5.3 - Número de países que adotaram e implementaram estratégias nacionais de redução de risco de desastres em linha com o Quadro de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030; 1.5.4 - Proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres em linha com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres.</p>	<p>desempregada, população idosa, população com deficiência, mulheres grávidas, crianças recém-nascidas, pessoas que sofreram acidentes de trabalho, população em risco de pobreza e outros grupos populacionais vulneráveis; 1.4.1 - Proporção da população que vive em domicílios com acesso a serviços básicos; 1.4.2 - Proporção da população adulta total com direitos de posse da terra garantidos, com documentação legalmente reconhecida e que percebe os seus direitos à terra como seguros, por sexo e por tipo de posse; 1.a.1 - Subsídios totais de assistência oficial ao desenvolvimento, de todos os doadores que se concentram na redução da pobreza, como uma parte da renda nacional bruta do país destinatário; 1.a.2 - Proporção do total das despesas públicas com serviços essenciais (educação, saúde e proteção social); 1.b.1 - Gastos sociais públicos para os menos favorecidos.</p>	
--	---	--	--

<p>2. Fome Zero e Agricultura Sustentável: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.</p>	<p>Produzido: 2.1.2 - Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave, baseada em escala de insegurança alimentar; 2.2.1 - Prevalência de atrasos no crescimento nas crianças com menos de 5 anos de idade; 2.2.2 - Prevalência de malnutrição nas crianças com menos de 5 anos de idade, por tipo de malnutrição (baixo peso e excesso de peso); 2.5.1 - Número de recursos genéticos vegetais e animais para a alimentação e agricultura, protegidos a médio ou longo prazo em instalações de conservação; 2.a.1 - Índice</p>	<p>Em análise / construção: 2.1.1 - Prevalência de subalimentação; 2.3.1 - Volume de produção por unidade de trabalho por dimensão da empresa agrícola/pastoril/florestal; 2.3.2 - Renda média dos pequenos produtores de alimentos, por sexo e condição de indígena; 2.c.1 - Indicador de anomalias dos preços de alimentação.</p>	<p>Sem dados / Não se aplica ao Brasil: 2.2.3 - Prevalência de anemia em mulheres de 15 a 49 anos, segundo estado de gravidez; 2.4.1 - Proporção da área agrícola produtiva e sustentável; 2.5.2 - Proporção de raças locais classificadas como em risco de extinção.</p>
--	---	--	--

	de orientação agrícola para a despesa pública; 2.a.2 - Total de fluxos oficiais (ajuda pública ao desenvolvimento e outros fluxos oficiais) para o setor agrícola; 2.b.1 - Subsídios às exportações agrícolas.		
--	--	--	--

<p>3. Saúde e Bem-Estar: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.</p>	<p>Produzido: 3.1.1 - Razão de mortalidade materna; 3.1.2 - Proporção de nascimentos assistidos por pessoal de saúde qualificado; 3.2.1 - Taxa de mortalidade em menores de 5 anos; 3.2.2 - Taxa de mortalidade neonatal; 3.3.2 - Incidência de tuberculose por 100.000 habitantes; 3.3.3 - Taxa de incidência da malária por 1 000 habitantes; 3.3.4 - Taxa de incidência da hepatite B por 100 mil habitantes; 3.3.5 - Número de pessoas que necessitam de intervenções contra doenças tropicais negligenciadas (DTN); 3.4.1 - Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório, tumores malignos, diabetes mellitus e doenças crônicas respiratórias; 3.4.2 - Taxa de mortalidade por suicídio; 3.5.2 - Consumo de álcool em litros de álcool puro per capita (com 15 anos ou mais) por ano; 3.6.1 - Taxa de mortalidade por acidentes de trânsito; 3.7.2 - Número de nascidos vivos de mães adolescentes (grupos etários 10-14 e 15-19) por 1 000 mulheres destes grupos etários; 3.8.2 - Proporção de pessoas em famílias com grandes gastos em saúde em relação ao total de despesas familiares; 3.9.2 - Taxa de mortalidade</p>	<p>Em análise / construção: 3.3.1 - Número de novas infecções por HIV por 1 000 habitantes, por sexo, idade e populações específicas; 3.5.1 - Cobertura das intervenções (farmacológicas, psicossociais, de reabilitação e de pós-tratamento) para o tratamento do abuso de substâncias; 3.7.1 - Proporção de mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos) que utilizam métodos modernos de planejamento familiar; 3.8.1 - Cobertura da Atenção Primária à Saúde; 3.9.1 - Taxa de mortalidade por poluição ambiental (externa e doméstica) do ar; 3.b.1 - Taxa de cobertura vacinal da população em relação às vacinas incluídas no Programa Nacional de Vacinação; 3.b.2 - Ajuda oficial ao desenvolvimento total líquida para a investigação médica e para os setores básicos de saúde; 3.b.3 - Proporção de estabelecimentos de saúde que dispõem de um conjunto básico de medicamentos essenciais e relevantes disponíveis e a custo acessível numa base sustentável; 3.c.1 - Número de profissionais de saúde por habitante; 3.d.1 - Capacidade para o Regulamento Sanitário Internacional (RSI) e preparação para emergências de saúde; 3.d.2 - Porcentagem de infecções da corrente sanguínea, devido a organismos resistentes a antimicrobianos selecionados.</p>	<p>Sem dados / Não se aplica ao Brasil: -</p>
--	---	--	--

	<p>atribuída a fontes de água inseguras, saneamento inseguro e falta de higiene; 3.9.3 - Taxa de mortalidade atribuída a intoxicação não intencional; 3.a.1 - Prevalência do consumo atual de tabaco na população de 15 anos ou mais.</p>		
--	---	--	--

<p>4. Educação de Qualidade : Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.</p>	<p>Produzido: 4.1.2 - Taxa de conclusão do ensino fundamental e ensino médio; 4.2.2 - Taxa de participação no ensino organizado (um ano antes da idade oficial de ingresso no ensino fundamental), por sexo; 4.5.1 - Índices de paridade (mulher/homem, rural/urbano, 1º/5º quintis de renda e outros como população com deficiência, populações indígenas e populações afetadas por conflitos, à medida que os dados estejam disponíveis) para todos os indicadores nesta lista que possam ser desagregados; 4.a.1 - Proporção de escolas com acesso a: (a) eletricidade; (b) internet para fins pedagógicos; (c) computadores para fins pedagógicos; (d) infraestrutura e materiais adaptados para alunos com deficiência; (e) água potável; (f) instalações sanitárias separadas por sexo; e (g) instalações básicas para lavagem das mãos (de acordo com as definições dos indicadores WASH); 4.c.1 - Proporção de professores que receberam a qualificação mínima exigida, por nível de ensino.</p>	<p>Em análise / construção: 4.1.1 - Proporção de crianças e jovens: (a) nos segundo e terceiro anos do ensino fundamental; (b) no final dos anos iniciais do ensino fundamental; e c) no final dos anos finais do ensino fundamental, que atingiram um nível mínimo de proficiência em (i) leitura e (ii) matemática, por sexo; 4.7.1 - Grau em que a (i) a educação para a cidadania global e (ii) a educação para o desenvolvimento sustentável são integradas nas (a) políticas nacionais de educação; (b) currículos escolares; (c) formação de professores; e (d) avaliação de estudantes.</p>	<p>Sem dados / Não se aplica ao Brasil: 4.2.1 - Proporção de crianças com idade entre 24-59 meses que estão com desenvolvimento adequado da saúde, aprendizagem e bem-estar psicossocial, por sexo; 4.3.1 - Taxa de participação de jovens e adultos na educação formal e não formal, nos últimos 12 meses, por sexo; 4.4.1 - Proporção de jovens e adultos com habilidades em tecnologias de informação e comunicação (TIC), por tipo de habilidade; 4.6.1 - Percentual da população de determinado grupo etário que atingiu pelo menos o nível mínimo de proficiência</p>
--	---	--	--

			em (a) leitura e escrita e (b) matemática, por sexo. 4.b.1 - Volume dos fluxos de ajuda oficial ao desenvolvimento para bolsas de estudo por área e tipo de estudo.
--	--	--	---

<p>5. Igualdade de Gênero: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.</p>	<p>Produzido: 5.4.1 - Proporção de tempo gasto em trabalho doméstico não remunerado e cuidados, por sexo, idade e localização; 5.5.1 - Proporção de assentos ocupados por mulheres em (a) parlamentos nacionais e (b) governos locais; 5.5.2 - Proporção de mulheres em posições gerenciais; 5.b.1 - Proporção de pessoas que possuem telefone celular móvel, por sexo.</p>	<p>Em análise / construção: 5.1.1 - Existência ou não de arcabouço legal em vigor para promover, reforçar e monitorar a igualdade e a não-discriminação com base no sexo; 5.6.1 - Proporção de mulheres com idade entre 15 e 49 anos que tomam decisões informadas sobre suas relações sexuais, uso de contraceptivos e cuidados com saúde reprodutiva; 5.c.1 - Proporção de países com sistemas para monitorar e fazer alocações públicas para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres.</p>	<p>Sem dados / Não se aplica ao Brasil: 5.2.1 - Proporção de mulheres e meninas de 15 anos de idade ou mais que sofreram violência física, sexual ou psicológica [...]. 5.2.2 - Proporção de mulheres e meninas de 15 anos ou mais que sofreram violência sexual [...]; 5.3.1 - Proporção de mulheres com idade de 20 a 24 anos que casaram ou viveram em união de fato antes dos 15 anos e antes dos 18 anos de idade; 5.6.2 - Número de países com legislação e regulamentação que garantam o acesso pleno e igualitário de mulheres e</p>
---	--	--	---

			<p>homens, com 15 anos ou mais de idade, aos cuidados, informação e educação em saúde sexual e reprodutiva;</p> <p>5.a.1 - (a) Proporção da população agrícola total com propriedade ou direitos assegurados sobre terras agrícolas, por sexo; e (b) proporção de mulheres entre proprietários e detentores de direitos sobre terras agrícolas;</p> <p>5.a.2 - Proporção de países onde as estruturas legais (incluindo o direito consuetudinário) garantem às mulheres direitos iguais à propriedade e / ou controle da terra.</p> <p>5.3.2 - <i>Proporção de meninas e mulheres com idade entre 15 e 49 anos que foram submetidas a mutilação genital feminina, por grupo etário.</i></p>
--	--	--	---

6. Água Potável e Saneame	Produzido: 6.1.1 - Proporção da população que utiliza serviços de	Em análise / construção: -	Sem dados / Não se aplica ao Brasil: -
----------------------------------	--	-----------------------------------	---

<p>nto: Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.</p>	<p>água potável gerenciados de forma segura; 6.2.1 - Proporção da população que utiliza (a) serviços de saneamento gerenciados de forma segura e (b) instalações para lavagem das mãos com água e sabão; 6.3.1 - Proporção do fluxo de águas residuais doméstica e industrial tratadas de forma segura; 6.3.2 - Proporção de corpos hídricos com boa qualidade ambiental; 6.4.1 - Alteração da eficiência no uso da água ao longo do tempo; 6.4.2 - Nível de stress hídrico: proporção das retiradas de água doce em relação ao total dos recursos de água doce disponíveis; 6.5.1 - Grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos (0-100); 6.5.2 - Proporção das áreas de bacias hidrográficas transfronteiriças abrangidas por um acordo operacional para cooperação hídrica; 6.6.1 - Alteração na extensão dos ecossistemas relacionados a água ao longo do tempo; 6.a.1 - Montante de ajuda oficial ao desenvolvimento na área da água e saneamento, inserida num plano governamental de despesa; 6.b.1 - Participação das comunidades locais na gestão de água e saneamento.</p>		
---	--	--	--

<p>7. Energia Limpa e Acessível: Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável</p>	<p>Produzido: 7.1.1 - Percentagem da população com acesso à eletricidade; 7.1.2 - Percentagem da população com acesso primário a combustíveis e tecnologias limpas; 7.2.1 - Participação das energias</p>	<p>Em análise / construção: -</p>	<p>Sem dados / Não se aplica ao Brasil: 7.a.1 - Fluxos financeiros internacionais para países em desenvolvimen</p>
--	--	--	---

<p>l e renovável para todos.</p>	<p>renováveis na Oferta Interna de Energia (OIE); 7.3.1 - Intensidade energética medida em termos de energia primária e de PIB; 7.b.1 - Capacidade instalada de geração de energia renovável nos países em desenvolvimento (em watts per capita).</p>		<p>to para apoio à pesquisa e desenvolvimento de energias limpas e à produção de energia renovável, incluindo sistemas híbridos.</p>
----------------------------------	---	--	--

<p>8. Emprego Decente e Crescimento Econômico: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.</p>	<p>Produzido: 8.1.1 - Taxa de crescimento real do PIB per capita; 8.2.1 - Taxa de variação anual do PIB real por pessoa ocupada; 8.5.1 - Salário médio por hora de empregados por sexo, por ocupação, idade e pessoas com deficiência; 8.5.2 - Taxa de desocupação, por sexo, idade e pessoas com deficiência; 8.6.1 - Percentagem de jovens (15-24) que não estão na força de trabalho (ocupados e não ocupados), não são estudantes e nem estão em treinamento para o trabalho; 8.10.1 - (a) Número de agências bancárias por 100 000 adultos e (b) número de postos de multibanco (ATM) por 100 000 adultos; 8.10.2 - Proporção de adultos (15 ou mais anos) com uma conta num banco ou em outra instituição financeira ou com um serviço móvel de dinheiro.</p>	<p>Em análise / construção: 8.3.1 - Proporção de trabalhadores ocupados em atividades informais, por setor e sexo; 8.7.1 - Proporção e número de crianças de 5-17 anos envolvidos no trabalho infantil, por sexo e idade; 8.8.1 - Taxas de frequência de lesões ocupacionais fatais e não fatais, por sexo e situação de migração; 8.8.2 - Nível de conformidade nacional dos direitos trabalhistas (liberdade de associação e negociação coletiva) com base em fontes textuais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e legislação nacional, por sexo e situação de migração; 8.a.1 - Compromissos e desembolsos no âmbito da Iniciativa de Ajuda ao Comércio; 8.b.1 - Existência de uma estratégia nacional desenvolvida e operacionalizada para o emprego dos jovens [...].</p>	<p>Sem dados / Não se aplica ao Brasil: 8.4.1 - Pegada material, pegada material per capita e pegada material em percentagem do PIB; 8.4.2 - Consumo interno de materiais, consumo interno de materiais per capita e consumo interno de materiais por unidade do PIB; 8.9.1 - Turismo em percentagem do PIB e taxa de variação.</p>
---	--	---	--

<p>9. Indústria, Inovação e Infraestrutura: Construir infraestrutura resiliente,</p>	<p>Produzido: 9.1.2 - Passageiros e cargas transportados por modalidade de transporte; 9.2.1 - Valor adicionado da indústria em proporção do PIB e per capita; 9.2.2 - Emprego na indústria em proporção do emprego total; 9.3.1 - Proporção do</p>	<p>Em análise / construção: 9.1.1 - Proporção de população residente em áreas rurais que vive num raio de 2 km de acesso a uma estrada transitável em todas as estações do ano.</p>	<p>Sem dados / Não se aplica ao Brasil: 9.a.1 - Total de apoio internacional oficial (ajuda oficial ao desenvolvimento e outros</p>
---	--	--	--

<p>promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.</p>	<p>valor adicionado das empresas de "pequena escala" no total do valor adicionado da indústria; 9.3.2 - Proporção de microempresas com empréstimos contraídos ou linhas de crédito; 9.4.1 - Emissão de CO2 pelo PIB; 9.5.1 - Dispendio em P&D em proporção do PIB; 9.5.2 - Pesquisadores (em equivalência de tempo integral) por milhão de habitantes; 9.b.1 - Proporção do valor adicionado nas indústrias de média e alta intensidade tecnológica no valor adicionado total; 9.c.1 - Proporção da população coberta por rede móvel, por tipo de tecnologia.</p>		<p>fluxos oficiais) à infraestrutura.</p>
--	---	--	---

<p>10. Redução das Desigualdades: Reduzir a desigualdade de dentro dos países e entre eles.</p>	<p>Produzido: 10.1.1 - Taxa de crescimento das despesas domiciliares ou rendimento per capita entre os 40% com os menores rendimentos da população e a população total; 10.2.1 - Proporção da pessoas vivendo abaixo de 50% da mediana da renda, por sexo, idade e pessoas com deficiência; 10.4.1 - Proporção das remunerações no PIB, incluindo salários e as transferências de proteção social; 10.5.1 - Indicadores de Solidez Financeira; 10.5.1a - Índice de Patrimônio de Referência Nível I sobre Ativos Totais Ajustados (B1B2); 10.5.1b - Índice de Patrimônio de Referência Nível I; 10.5.1c - Índice de Inadimplência líquida de provisões sobre capital; 10.5.1d - Índice de Inadimplência da carteira de crédito; 10.5.1e - Retorno sobre ativos (B1B2); 10.5.1f - Ativos</p>	<p>Em análise / construção: 10.4.2 - Impacto redistributivo da política fiscal; 10.7.4 - Proporção da população de refugiados, por país de origem; 10.a.1 - Proporção de linhas tarifárias com tarifa zero aplicadas às importações provenientes dos países menos desenvolvidos e dos países em desenvolvimento; 10.b.1 - Total de fluxos de recursos para o desenvolvimento, por beneficiário e país doador, e tipo de fluxo (ex. ajuda pública ao desenvolvimento, investimento direto estrangeiro e outros fluxos); 10.c.1 - Custos das remessas em proporção do valor remetido.</p>	<p>Sem dados / Não se aplica ao Brasil: 10.3.1 - Proporção da população que reportou ter-se sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos; 10.6.1 - Proporção de membros e direito de voto dos países em desenvolvimento em organizações internacionais; 10.7.1 - Custo</p>
--	--	--	--

	<p>líquidos sobre passivos de curto prazo; 10.5.1g - Posição aberta líquida em moeda estrangeira sobre capital.</p>		<p>de recrutamento suportado pelo empregado em proporção do rendimento mensal auferido no país de destino; 10.7.2 - Número de países com políticas migratórias que facilitam a mobilidade das pessoas de forma ordenada, segura, regular e responsável; 10.7.3 - Número de pessoas que morreram ou desapareceram no processo de migração internacional.</p>
--	---	--	---

<p>11. Cidades e Comunidades Sustentáveis: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.</p>	<p>Produzido: 11.1.1 - Proporção de população urbana vivendo em assentamentos precários, assentamentos informais ou domicílios inadequados; 11.3.2 - Proporção de cidades com uma estrutura de participação direta da sociedade civil no planejamento e gestão urbana que opera de forma regular e democrática; 11.4.1 - Total da despesa (pública e privada) per capita gasta na preservação, proteção e conservação de todo o patrimônio cultural e natural, por tipo de patrimônio (cultural, natural, misto e por designação do Centro do Patrimônio Mundial), nível de governo (nacional,</p>	<p>Em análise / construção: -</p>	<p>Sem dados / Não se aplica ao Brasil: 11.2.1 - Proporção de população que tem acesso adequado a transporte público, por sexo, idade e pessoas com deficiência; 11.3.1 - Razão da taxa de consumo do solo pela taxa de crescimento da população; 11.6.2 - Nível médio anual de partículas inaláveis (ex: com diâmetro inferior a 2,5</p>
---	---	--	--

	<p>regional e local), tipo de despesa (despesas correntes/de investimento) e tipo de financiamento privado (doações em espécie, setor privado sem fins lucrativos e patrocínios</p> <p>11.5.1 - Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes; 11.5.2 - Perdas econômicas diretas em relação ao PIB, incluindo danos causados por desastres em infraestruturas críticas e na interrupção de serviços básicos; 11.6.1 - Proporção de resíduos sólidos urbanos coletados e gerenciados em instalações controladas pelo total de resíduos urbanos gerados, por cidades; 11.a.1 - Número de países que possuem políticas urbanas nacionais ou planos de desenvolvimento regional que (a) respondem à dinâmica populacional; (b) garantem um desenvolvimento territorial equilibrado; e (c) possuem responsabilidade fiscal; 11.b.1 - Número de países que adotam e implementam estratégias nacionais de redução de risco de desastres em linha com o Marco de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030; 11.b.2 - Proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres em linha com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres.</p>		<p>µm e 10 µm) nas cidades (população ponderada);</p> <p>11.7.1 - Proporção da área construída em cidades que é espaço público aberto para uso de todos, por sexo, idade e pessoas com deficiência;</p> <p>11.7.2 - Proporção da população vítima de assédio físico ou sexual, por sexo, grupo étnico, pessoas com deficiência e local da ocorrência, nos últimos 12 meses.</p>
--	---	--	---

<p>12. Consumo e Produção Responsáveis: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.</p>	<p>Produzido: 12.1.1 - Número de países que incorporam o consumo e a produção sustentáveis em planos de ação nacionais ou como uma prioridade ou uma meta nas políticas nacionais; 12.4.1 - Número de Partes em acordos multilaterais internacionais sobre resíduos perigosos e outros produtos químicos, no domínio do ambiente, que cumpram os seus compromissos e obrigações na transmissão de informações, conforme exigido por cada acordo relevante; 12.5.1 - Taxa de reciclagem nacional por toneladas de material reciclado; 12.6.1 - Número de empresas que publicam relatórios de sustentabilidade; 12.a.1 - Capacidade instalada de geração de energia renovável nos países em desenvolvimento (em watts per capita).</p>	<p>Em análise / construção: 12.7.1 - Grau de implementação de políticas e planos de ação para compras públicas sustentáveis.</p>	<p>Sem dados / Não se aplica ao Brasil: 12.2.1 - Pegada material, pegada material per capita e pegada material em percentagem do PIB; 12.2.2 - Consumo interno de materiais, consumo interno de materiais per capita e consumo interno de materiais por unidade do PIB; 12.3.1 - (a) Índice de perdas alimentares e (b) Índice de desperdício alimentar; 12.4.2 - Quantidade de resíduos perigosos gerados per capita e proporção de resíduos perigosos tratados, por tipo de tratamento; 12.8.1 - Grau em que a (i) a educação para a cidadania global e (ii) a educação para o desenvolvimento sustentável são integradas nas (a) políticas nacionais de</p>
---	---	---	--

			educação; (b) currículos escolares; (c) formação de professores; e (d) avaliação de estudantes; 12.b.1 - Aplicação de instrumentos contábeis padronizados para monitorar os aspectos econômicos e ambientais da sustentabilidade e do turismo; 12.c.1 - Montante de subsídios aos combustíveis fósseis por unidade do PIB (produção e consumo).
--	--	--	---

13. Ação Contra a Mudança Global do Clima: Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] é o fórum internacional	Produzido: 13.1.1 - Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes; 13.1.2 - Número de países que adotam e implementam estratégias nacionais de redução de risco de desastres em linha com o Quadro de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030; 13.1.3 - Proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres em linha com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres; 13.2.1 - Número de países com Contribuições Nacionalmente Determinadas, estratégias	Em análise / construção: -	Sem dados / Não se aplica ao Brasil: 13.3.1 - Grau em que a (i) a educação para a cidadania global e (ii) a educação para o desenvolvimento sustentável são integradas nas (a) políticas nacionais de educação; (b) currículos escolares; (c) formação de professores; e (d) avaliação de estudantes. 13.a.1 - Quantidades fornecidas e mobilizadas em dólares dos
--	--	-----------------------------------	--

<p>intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).</p>	<p>de longo prazo, planos nacionais de adaptação, estratégias como reportadas nas comunicações nacionais e de adaptação; 13.2.2 - Emissões totais de gases de efeito estufa por ano.</p>		<p><i>Estados Unidos por ano em relação à meta continuada de mobilização coletiva existente do compromisso de US\$100 bilhões até 2025; 13.b.1 - Número de países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento [...].</i></p>
---	--	--	--

<p>14. Vida na Água: Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.</p>	<p>Produzido: 14.5.1 - Cobertura de áreas marinhas protegidas em relação às áreas marinhas; 14.6.1 - Progresso dos países, relativamente ao grau de implementação dos instrumentos internacionais visando o combate da pesca ilegal, não registrada (declarada) e não regulamentada (IUU fishing); 14.b.1 - Progresso dos países relativamente ao grau de aplicação de uma estrutura (enquadramento) legal/regulamentar/político e institucional que reconheça e proteja os direitos de acesso dos pescadores de pequena escala.</p>	<p>Em análise / construção: 14.a.1 - Proporção do total do orçamento de pesquisas alocado para pesquisas na área da tecnologia marinha; 14.c.1 - Número de países com progressos na ratificação, aceitação e implementação, através de quadros legais, políticos e institucionais, de instrumentos relacionados com o oceano que implementam o direito internacional, tal como refletido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, para a conservação e uso sustentável dos oceanos e seus recursos.</p>	<p>Sem dados / Não se aplica ao Brasil: 14.1.1 - a) Índice de eutrofização costeira; e (b) densidade de detritos plásticos; 14.2.1 - Número de países que utilizam abordagens baseadas em ecossistemas para gerenciar áreas marinhas; 14.3.1 - Acidez média marinha (pH) medida num conjunto representativo de estações de coleta; 14.4.1 - Proporção da população de peixes (fish stocks) dentro de níveis biologicamente sustentáveis;</p>
--	---	--	---

			14.7.1 - Pesca sustentável como uma proporção do PIB de pequenos Estados insulares em desenvolvimento [...].
--	--	--	--

<p>15. Vida Terrestre: Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.</p>	<p>Produzido: 15.1.1 - Área florestal como proporção da área total do território; 15.4.2 - Índice de cobertura vegetal nas regiões de montanha 15.6.1 - Número de países que adotaram quadros legislativos, administrativos e políticos para assegurar a partilha justa e equitativa de benefícios.</p>	<p>Em análise / construção: 15.1.2 - Proporção de sítios importantes para a biodiversidade terrestre e de água doce cobertos por áreas protegidas, por tipo de ecossistema; 15.2.1 - Progressos na gestão florestal sustentável; 15.3.1 - Proporção do território com solos degradados; 15.4.1 - Cobertura de áreas protegidas de sítios importantes para a biodiversidade das montanhas; 15.5.1 - Índice das listas vermelhas; 15.8.1 - Proporção de países que adotam legislação nacional relevante e recursos adequados para a prevenção ou o controle de espécies exóticas invasoras; 15.9.1 - (a) N° de países que estabeleceram metas nacionais em conformidade com a Meta 2 de Aichi do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011–2020 ou metas similares em suas estratégias e planos de ação nacionais para a biodiversidade e o progresso relatado no alcance dessas metas; e (b) integração da biodiversidade nas contas nacionais e sistemas de relatoria, definidos como implementação do Sistema de Contas Econômicas Ambientais; 15.a.1 - (a) Assistência oficial ao desenvolvimento em conservação e uso sustentável da biodiversidade; e (b) Receita gerada e</p>	<p>Sem dados / Não se aplica ao Brasil: 15.7.1 - Proporção da vida silvestre comercializada que foi objeto de caça furtiva ou de tráfico ilícito.</p>
---	--	--	--

		<p>financiamento mobilizado a partir de instrumentos econômicos relevantes para a biodiversidade; 15.b.1 - (a) Assistência Oficial ao Desenvolvimento em conservação e uso sustentável da biodiversidade; e (b) Receita gerada e financiamento mobilizado a partir de instrumentos econômicos relevantes para a biodiversidade.</p>	
--	--	---	--

<p>16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.</p>	<p>Produzido: 16.1.1 - Número de vítimas de homicídio intencional, por 100 000 habitantes, por sexo e idade; 16.1.3 - Proporção da população sujeita a violência física, psicológica ou sexual nos últimos 12 meses; 16.1.4 - Proporção da população que se sente segura quando caminha sozinha na área onde vive; 16.3.1 - Proporção de vítimas de violência nos últimos 12 meses que reportaram às autoridades competentes ou a outros organismos de resolução de conflitos oficialmente reconhecidos; 16.3.2 - Proporção de presos sem sentença em relação à população prisional em geral; 16.6.1 - Despesas públicas primárias como proporção do orçamento original aprovado, por setor (ou por códigos de orçamento ou similares); 16.10.2 - Número de países que adotam e implementam garantias constitucionais, estatutárias e/ou políticas para acesso público à informação.</p>	<p>Em análise / construção: 16.2.3 - Proporção de mulheres e homens jovens com idade entre 18 e 29 anos que foram vítimas de violência sexual até a idade de 18 anos; 16.3.3 - Proporção da população que teve alguma disputa nos últimos dois anos, e que acessou um mecanismo formal ou informal de resolução de disputas, por tipo de mecanismo; 16.4.1 - Valor total de entradas e saídas de fluxos financeiros ilícitos (em dólares americanos correntes); 16.6.2 - Proporção da população satisfeita com a última experiência com serviços públicos; 16.7.1 - Proporções de cargos (por sexo, idade, pessoas com deficiência e grupos populacionais) em instituições públicas (legislativo nacional e locais, administração pública e tribunais) em relação às distribuições nacionais; 16.7.2 - Proporção da população que considera que os processos de tomada de decisão são inclusivos e adequados, por sexo, idade, deficiência e grupo populacional; 16.9.1 - Proporção de crianças com menos de 5 anos cujos nascimentos foram registrados por uma autoridade civil, por idade; 16.a.1 - Existência de instituições nacionais independentes de direitos</p>	<p>Sem dados / Não se aplica ao Brasil: 16.2.1 - Proporção de crianças com idade entre 1 e 17 anos que sofreram qualquer punição física e/ou agressão psicológica por parte de cuidadores no último mês; 16.2.2 - Número de vítimas de tráfico de pessoas por 100 000 habitantes, por sexo, idade e forma de exploração; 16.4.2 - Proporção de armas apreendidas, encontradas ou entregues, cuja origem ou contexto ilícito tenha sido detectado ou estabelecido por uma autoridade competente,</p>
---	---	---	--

		<p>humanos, de acordo com os <u>Princípios de Paris</u>.</p>	<p>em linha com instrumentos internacionais; 16.5.1 - Proporção de pessoas que tiveram pelo menos um contato com um funcionário público e que pagaram um suborno ou a quem foi pedido um suborno por funcionários públicos, nos últimos 12 meses; 16.5.2 - Proporção de empresas que tiveram pelo menos um contato com um funcionário público e que pagaram um suborno ou a quem foi pedido um suborno por funcionários públicos, nos últimos 12 meses; 16.10.1 - Número de casos verificados de homicídio, sequestro, desaparecimento forçado, detenção arbitrária e tortura de jornalistas, pessoal de mídia, sindicalistas e defensores dos direitos humanos nos últimos 12 meses; 16.b.1</p>
--	--	--	--

			<p>- Proporção da população que reportou ter-se sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos.</p> <p>16.1.2 - Óbitos relacionados com conflitos por 100 000 habitantes, por sexo, idade e causa; 16.8.1 - Proporção de membros e direito de voto dos países em desenvolvimento em organizações internacionais.</p>
--	--	--	---

<p>17. Parcerias e Meios de Implementação: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.</p>	<p>Produzido: 17.1.1 - Total das receitas do Governo em percentagem do PIB, por fonte; 17.1.2 - Percentagem do orçamento do Governo financiada por impostos cobrados internamente; 17.3.2 - Volume de remessas [...] como proporção do PIB total; 17.4.1 - Serviço da dívida como proporção das exportações de bens e serviços; 17.6.1 - Subscrições de Internet por banda larga de rede fixa por 100 habitantes, por velocidade de ligação; 17.8.1 - Proporção de</p>	<p>Em análise / construção: 17.3.1 - Investimento direto estrangeiro, assistência oficial ao desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul [...] rendimento nacional bruto; 17.5.1 - Número de países que adotam e implementam regimes de promoção de investimentos para os países em desenvolvimento, incluindo os países menos desenvolvidos; 17.7.1 - Montante total de financiamento para países em desenvolvimento para promover o desenvolvimento, transferência, disseminação e difusão de tecnologias ambientalmente seguras e racionais; 17.9.1 - Valor, em</p>	<p>Sem dados / Não se aplica ao Brasil: 17.14.1 - Número de países com mecanismos em vigor para reforçar a coerência política do desenvolvimento sustentável. 17.2.1 - Assistência oficial ao desenvolvimento líquida, total e para os países menos desenvolvidos,</p>
--	---	--	---

	<p>indivíduos que utilizam a Internet.</p>	<p>dólares, da assistência técnica e financeira [...] destinada a países em desenvolvimento; 17.13.1 - Painel de indicadores macroeconômicos; 17.15.1 - Extensão do recurso a quadros de resultados e instrumentos de planejamento delineados pelos beneficiários, por parte dos países fornecedores de cooperação para o desenvolvimento; 17.16.1 - Número de países que reportam progressos na eficácia dos quadros de monitoramento de múltiplos atores que apoiam o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável; 17.17.1 - Montante de dólares nos Estados Unidos destinados a parcerias público-privadas para infraestrutura; 17.18.1 - Indicador de capacidade estatística para monitoramento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; 17.18.2 - Número de países que possuem legislação estatística nacional que cumpre os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais; 17.18.3 - Número de países com um plano estatístico nacional totalmente financiado e em execução, por fonte de financiamento; 17.19.1 - Valor em dólares de todos os recursos disponibilizados para fortalecer a capacidade estatística nos países em desenvolvimento; 17.19.2 - Proporção de países que (a) realizaram pelo menos um Recenseamento da População e da Habitação nos últimos 10 anos; e (b) atingiram 100% de registros de nascimento e 80% de registros de óbitos.</p>	<p><i>como proporção do Rendimento Nacional Bruto (RNB) dos doadores do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); 17.10.1 - Média ponderada das tarifas aduaneiras à escala mundial; 17.11.1 - Participação das exportações provenientes dos países em vias de desenvolvimento e dos países menos desenvolvidos nas exportações globais; 17.12.1 - Média ponderada de tarifas aduaneiras aplicadas aos países em desenvolvimento, países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.</i></p>
--	--	---	---

Fonte: Adaptado (IBGE, 2023).

Considerando dados secundários vinculados a informações em sítio eletrônico do IBGE, bem como o descrito no Quadro 1, em se tratando do **ODS 1, Erradicação da Pobreza**, pode-se constatar que no Brasil, foram produzidos indicadores contendo informações que contemplam o referido ODS, perfazendo, dessa forma, um total de 6 indicadores produzidos; 7 indicadores em análise/construção; não foram encontrados no referido documento, indicadores sem dados ou que não se aplicam ao País.

No que se refere ao **ODS 2, Fome Zero e Agricultura Sustentável**, um total de 7 indicadores foram produzidos; 4 indicadores se encontram em análise/construção; quanto aos indicadores sem dados, foram encontrados 3 indicadores para o País.

Para o **ODS 3, Saúde e Bem Estar**, 17 indicadores foram produzidos; 11 indicadores se encontram em análise/construção, identificou-se através de análise documental 11. Não foram encontrados no referido documento, considerando o ODS 1, indicadores sem dados, o que não se aplica ao País.

No tocante ao **ODS 4, Educação de Qualidade**, um total de 5 indicadores produzidos; 2 indicadores se encontram em análise/construção; 4 indicadores sem dados e; 1 indicadores que se refere a dados não aplicáveis ao Brasil.

Considerando o **ODS 5, Igualdade de Gênero**, 4 indicadores foram produzidos; 3 indicadores se encontram em análise/construção; quanto aos indicadores sem dados, foram encontrados 6 indicadores para o País; no que se refere aos dados não aplicáveis ao Brasil, identificou-se 1 indicador.

De acordo com o **ODS 6, Água Potável e Saneamento**, um total de 11 indicadores foram produzidos; não se identificou indicadores em análise/construção e; acerca de indicadores sem dados, não foram encontrados dados para o País.

Respectivo ao **ODS 7, Energia Limpa e Acessível**, 5 indicadores foram produzidos; não foram identificados indicadores em análise/construção; quanto aos indicadores sem dados, foi encontrado 1 indicador para o País.

Relacionado ao **ODS 8, Emprego Decente e Crescimento Econômico**, identificou-se 7 indicadores produzidos; 6 indicadores se encontram em análise/construção e; 3 indicadores sem dados foram encontrados para o País.

Em termos de síntese do **ODS 9, Indústria, Inovação e Infraestrutura**, 10 indicadores foram produzidos; 1 indicador se encontra em análise/construção; 1 indicador sem dados foi encontrado para o País.

No que tange ao **ODS 10, Redução das Desigualdades**, 11 indicadores foram produzidos; 5 indicadores se encontram em análise/construção e; 5 indicadores sem dados foram encontrados para o País.

Conforme supracitado no Quadro 1, para o **ODS 11, Cidades e Comunidades Sustentáveis**, 9 indicadores foram produzidos; não foram

identificados indicadores de análise/ construção e; 5 indicadores sem dados, foram encontrados registros para o País.

Relativo ao **ODS 12, Redução das Desigualdades**, 5 indicadores foram produzidos; 1 indicador foi identificado em análise/ construção e; 7 indicadores sem dados, foram encontrados para o País.

Acerca do **ODS 13, Ação Contra a Mudança Global do Clima**, 5 indicadores foram produzidos; não foi identificado indicadores de análise/ construção; 01 indicadores sem dados, foi encontrado para o País e; além disso, no que se refere aos dados não aplicáveis ao Brasil, identificou-se 2 indicadores.

O **ODS 14, Vida na Água**, 3 indicadores foram produzidos; 2 indicadores foram identificados em análise/construção e; 5 indicadores sem dados, foram encontrados para o País.

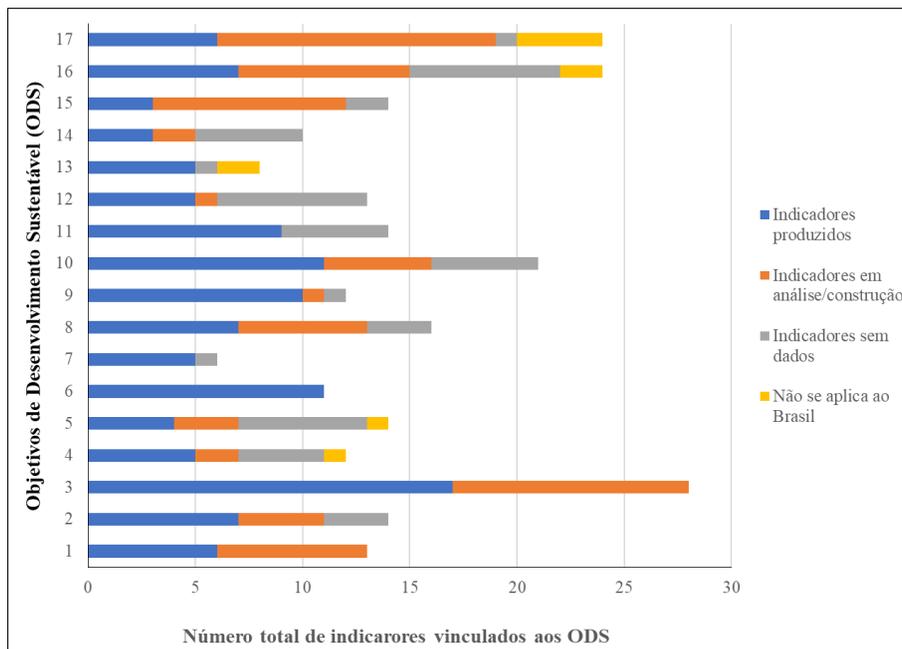
Relativo ao **ODS 15, Vida Terrestre**, 3 indicadores foram produzidos; 9 indicadores foram identificados em análise/construção e; 2 indicadores sem dados, foram encontrados para o País.

No que se refere ao **ODS 16, Paz, Justiça e Instituições Eficazes**, 7 indicadores foram produzidos; 8 indicadores se encontram em análise/ construção; 7 indicadores sem dados e; 2 indicadores não se aplicam ao País.

Por fim, acerca do **ODS 17, Parcerias e Meios de Implementação**, 6 indicadores foram produzidos; 12 indicadores se encontram em análise/construção; 1 indicador sem dados e; 4 indicadores que não se aplicam ao País foram encontrados.

A síntese da produção de indicadores vinculados aos ODS no Brasil descritas pelo IBGE, cuja produção foi sistematizada até outubro de 2023, pode ser visualizada na Figura 3.

Figura 3. Indicadores vinculados aos ODS no Brasil.



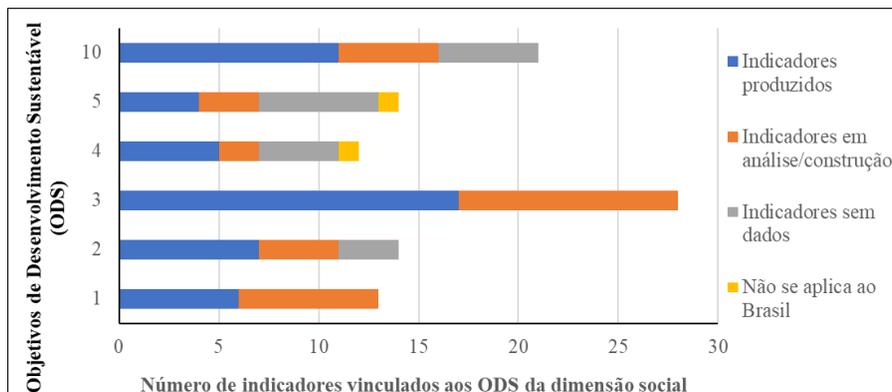
Fonte: autores (2023).

Conforme Figura 3, dos 254 indicadores, há 121 produzidos; 72 em fase de análise/construção; 51 indicadores sem dados e; 10 indicadores não se aplicam ao Brasil. E, de fato, o Brasil enfrenta vários desafios para cumprir as metas vinculadas aos indicadores dos ODS até 2030. A existência de indicadores, bem como a possibilidade de análise da produção destes indicadores, pode ser considerada um importante instrumento de mensuração do atendimento aos ODS.

Quais ODS podem ser considerados os mais deficitários em termos de indicadores no Brasil?

Considerando uma subdivisão dos ODS em ao menos quatro dimensões (Figura 2): Social, Ambiental, Econômica e Institucional, pode-se constatar que, concernente à dimensão social, vincula-se os ODS 1, 2, 3, 4, 5, 10, dos quais se constatou um total de 102 indicadores, sendo 50 indicadores produzidos, 32 indicadores em análise/construção, 18 indicadores sem dados e 02 indicadores que não se aplicam ao Brasil (Figura 4).

Figura 4. Indicadores vinculados aos ODS da dimensão social.



Fonte: autores (2023).

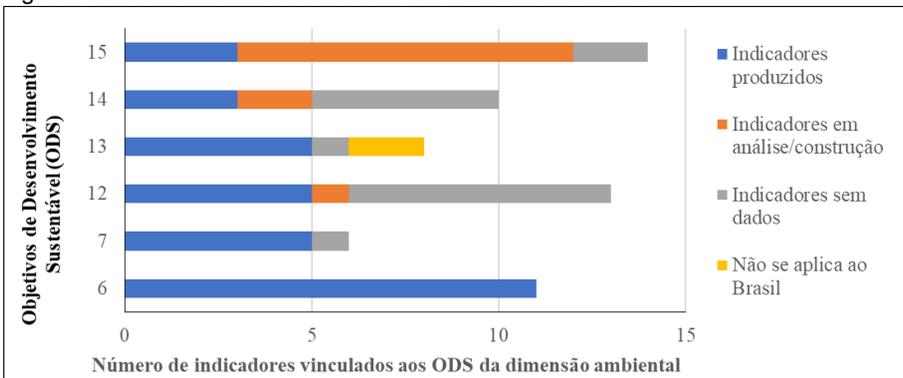
A dimensão social é uma das mais importantes dentro dos ODS. No contexto brasileiro, embora a erradicação da pobreza seja um dos pilares para o alcance de um desenvolvimento sustentável, o Brasil teve um agravamento nos índices de extrema pobreza conforme se observa no Boletim de Conjuntura nº 29/2021, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. No período compreendido entre os anos 2019 e 2020, o número de pessoas em situação de extrema pobreza havia aumentado em 3,0 % passando para 9,0 % somente entre o início do ano de 2019 e o começo do ano de 2021, demonstrando que, aproximadamente, 1,2 milhão de brasileiros ingressaram na extrema pobreza (DIEESE, 2021).

Ainda, segundo o IBGE, entre os anos de 2020 e 2021 o Brasil passou a ter 62,5 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza, dos quais 17,9 milhões eram extremamente pobres. Isso equivale a dizer que 29,4% da população estava pobre e 8,4 % extremamente pobre (IBGE, 2021). No mesmo sentido, conforme Nilson *et al.* (2023), a insegurança alimentar grave no Brasil cresceu de 1,9 % em 2014-2016 para 9,9 % em 2020-2022 aumentando de 4,0 milhões de pessoas naquele período, para 21,1 milhões no mais recente, sendo o maior aumento da insegurança alimentar e nutricional grave dentro da América Latina, nesse período avaliado. Apesar da conjuntura internacional desfavorável no período, por conta da Pandemia COVID-19, os autores entenderam que no caso brasileiro, a degradação desses indicadores foi potencializada pelo desmonte das políticas públicas sociais, a partir de um modelo de governança que trouxe retrocessos e consequências entre 2017 e 2022. Após a extinção dos Ministérios do Desenvolvimento Social e do Desenvolvimento Agrário, as políticas de proteção social, combate à fome e de agricultura familiar, fragilizaram-se fortemente; além disso, o enfraquecimento de políticas de compras governamentais e dos estoques reguladores, houve aumento ainda maior no preço dos alimentos básicos, agravando as questões sociais.

Nessa perspectiva social, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), por meio do estudo - Erradicando a Pobreza e Promovendo a Prosperidade em um Mundo em Mudança: subsídios ao acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – corrobora a premissa de que em termos de ODS há de se aprimorar os mecanismos de monitoramento das políticas públicas, de forma a permitir identificar mais detalhadamente, por exemplo, os avanços anuais alcançados pelo Brasil e as metas estabelecidas na Agenda 2030 (IPEA, 2018).

No que diz respeito aos indicadores vinculados à dimensão ambiental pode-se constatar 06 ODS, as quais perfizeram total de 62 indicadores, sendo 32 indicadores produzidos, 12 indicadores em análise/construção, 16 indicadores sem dados e 02 indicadores que não se aplicam ao Brasil (Figura 5).

Figura 5. Indicadores vinculados aos ODS da dimensão ambiental.



Fonte: autores (2023).

Considerando os indicadores em que há registros de produção, estes coadunam com o descrito por Marcial *et al.* (2015), em a temática - meio ambiente - não apenas no Brasil, mas considerando uma das megatendências mundiais, em que há um maior questionamento do modelo econômico atual, pela ausência de uma visão compartilhada de alternativa de desenvolvimento sustentável; ademais, nota-se um aumento da pressão sobre os recursos hídricos, manutenção da ocorrência de eventos climáticos extremos e aumento do debate sobre as questões relacionadas com as mudanças do clima. Conforme os referidos autores, o comportamento de cidadãos e governos ao redor do mundo, que se mostram agressivos ao meio ambiente, levou à degradação constante e à escassez de recursos naturais. Na ausência de um novo paradigma ambiental, embasado verdadeiramente no desenvolvimento sustentável, permanece como consequência o risco de ocorrência de eventos climáticos extremos.

O considerável número de ODS vinculados à temática ambiental, tanto quanto a social, corrobora ainda, o descrito na Encíclica Papal *Laudato*

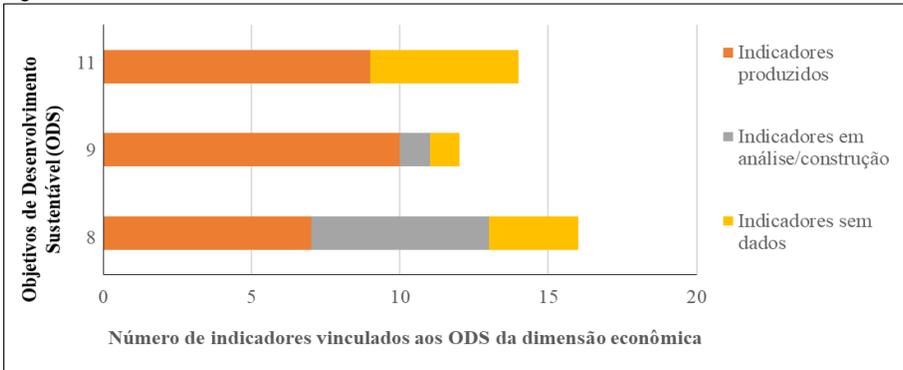
Sí da Lavra do Papa Jorge Mario Bergoglio, ao tratar de questões como a proteção ao meio ambiente, mudanças climáticas, perda da biodiversidade e o uso responsável dos recursos naturais como fator relevante e indissociável da vida no planeta. Nesse documento, o conhecimento científico é apoiado pelo autor e, para além disso, a encíclica enfatiza, também, a necessidade de promoção da justiça social destacando que as populações mais pobres e vulneráveis são as mais afetadas pelos problemas ambientais. Essa ênfase na justiça social está diretamente ligada à busca pela redução das desigualdades e combate à pobreza (FRANCISCO, *Encíclica Papal Laudato Sí*, 2015).

Em que pese o progresso em muitas áreas, ainda existem desafios persistentes em relação a alguns ODSs. A pobreza, a desigualdade, as mudanças climáticas e a gestão ambiental continuam sendo problemas sérios no Brasil. A pandemia teve um impacto significativo nos esforços para alcançar as metas dos ODS, uma vez que exacerbou a pobreza, a fome, a desigualdade e a falta de acesso aos serviços de saúde em muitas regiões do país, enfatizando, por conseguinte, a importância de uma cooperação global e do estabelecimento de parcerias entre governo, setor privado, sociedade civil e organizações internacionais. No mesmo sentido, a coleta e análise de dados desempenham um papel fundamental na avaliação do progresso em relação aos ODS; assim sendo, é fundamental que haja dados confiáveis e acessíveis para a avaliação do progresso e para tomada de decisões.

No Brasil, essa divulgação é realizada pela Plataforma ODS, produzida e sistematizada pelo IBGE, e segundo Cruz *et al.* (2022), no que tange às demandas do sistema único de saúde, falta regularidade na produção dos dados o que implica em sério entrave para o monitoramento das metas, não permitindo um maior alinhamento desta área com os ODS.

No que diz respeito aos indicadores vinculados a dimensão econômica, pode-se constatar 03 ODS dessa dimensão, os quais perfizeram um total de 42 indicadores, sendo 26 indicadores produzidos, 07 indicadores em análise/construção, 09 indicadores sem dados e não foram encontrados indicadores que não se aplicam ao Brasil (Figura 6).

Figura 6. Indicadores vinculados aos ODS da dimensão econômica.



Fonte: autores (2023).

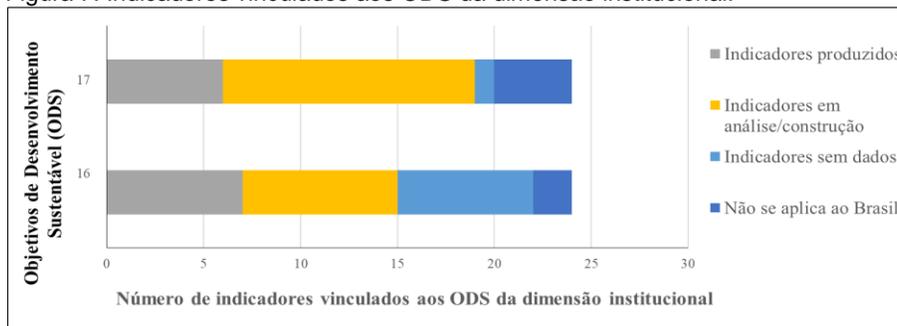
O fundamento da dimensão econômica dos ODS está relacionado à busca por um crescimento econômico sustentável e inclusivo que promova o bem-estar das pessoas e proteja o planeta. Nesse sentido, a agenda 2030 é um compromisso global que segue essa orientação. Para Mahnic *et al.* (2020), a análise da dimensão econômica nos permite um olhar sobre a forma como consumimos e produzimos bens e serviços; é uma preocupação voltada a assegurar padrões que sejam sustentáveis e que possibilitem o desenvolvimento sem impactos que provoquem danos à sociedade e ao ambiente.

Nessa perspectiva, tal dimensão é essencial na implantação das demais, uma vez que seu avanço é indicativo de prosperidade e da criação das condicionantes que servem como suporte para o progresso das outras dimensões. No entanto, o retrocesso marca a dimensão econômica no Brasil. Segundo o relatório IZ, a média de empregados sem carteira assinada subiu 14,9% entre 2021 e 2022, um recorde histórico no País.

Além disso, segundo levantamento desse mesmo relatório, o pequeno crescimento da indústria nacional em 2022 (1,6%), menos de 50% do alcançado em 2021 (4,5%) manteve o setor industrial em níveis baixos. Esse cenário de estagnação foi potencializado por problemas estruturais como a alta inflação em 2021 (10,1%), o fato de o Brasil ter as maiores taxas de juros reais do mundo (13,75%); e a redução do consumo em decorrência do desemprego (9,3%).

Os ODS 16 e 17 são os últimos a comporem a lista de objetivos elaborada pela Agenda 2030 da ONU, no entanto, apresentam a mesma relevância que os demais, além de manterem estreita relação enquanto dimensão institucional, ora discutida. No que diz respeito a esta dimensão, pode-se constatar que os 2 ODS perfizeram um total de 48 indicadores, sendo 13 indicadores produzidos, 21 indicadores em análise/construção, 08 indicadores sem dados e 06 indicadores que não se aplicam ao Brasil (Figura 6).

Figura 7. Indicadores vinculados aos ODS da dimensão institucional.



Fonte: autores (2023).

Dentre os dados aqui analisados, dá-se ênfase à meta “desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis”, vinculada ao ODS 16, cujo indicador aponta as “despesas públicas primárias como proporção do orçamento original aprovado, por setor”, o qual revela que, da série histórica de 2010 a 2022, registrada pelo IBGE, a menor proporção de despesas primárias em relação ao orçamento público original ocorreu entre os anos de 2016 a 2022. Todavia, ao se falar em homicídios intencionais, da série histórica de 2000 a 2019, foi nos anos de 2016 e 2017 que se registrou os maiores índices, alcançando 31,1 vítimas por 100 mil habitantes. Embora esse número tenha reduzido nos anos de 2018 e 2019, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua apontou que em 2021, apenas 48,3% da população brasileira acima de 15 anos ainda se sentia segura ao andar nos arredores do seu domicílio à noite (ODS Brasil, s.a, s.p).

Corroborando com o ODS 16 na dimensão institucional e em prol da totalidade dos ODS, o ODS 17 busca o fortalecimento dos meios de implementação e revitalização da parceria global para o desenvolvimento sustentável, uma vez que os objetivos propostos pela Agenda 2030 são desafiadores e dependem de cooperação e doação para serem alcançados, não bastando esforços isolados ou desarticulados. Uma das metas monitoradas na plataforma ODSBrasil para este ODS, demonstra a preocupação com a cooperação, o acesso à informação, ciência, tecnologia e inovação, por meio de um mecanismo de facilitação, cujo indicador busca registrar subscrições de internet por banda larga, por velocidade, que em março de 2023 alcançava 21,14 de cada 100 brasileiros, o que revela um aumento constante no número de subscrições, acompanhado do aumento significativo da velocidade desta internet (ODS Brasil, s.a, s.p).

CONCLUSÃO

De acordo com o objetivo proposto e os resultados obtidos, pode-se concluir que:

O Brasil avança na elaboração de dados vinculados aos indicadores de ODS. Dos 17 objetivos principais derivam 254 indicadores globais e desse universo, até outubro de 2023, tem-se: 121 encontram-se produzidos, 72 ainda estão em análise ou construção e 51 permanecem sem dados. Dessa totalidade, 10 indicadores não se aplicam ao Brasil,

No tocante aos indicadores elencados nas dimensões social, ambiental, econômica e institucional identificou-se que os indicadores brasileiros estão em maioria vinculados à dimensão social (102 indicadores de 06 objetivos), seguido do ambiental (62 indicadores de 06 objetivos), institucional (48 indicadores de 02 objetivos) e econômica (42 indicadores de 03 objetivos).

Inferese ainda a importância e pertinência de se produzir estudos de continuidade acerca da produção dos indicadores vinculados aos ODS no Brasil, para que se identifique nos próximos sete anos quais avanços foram produzidos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em 23 de out. de 2023.

CARVALHO, P. G. M.; BARCELLOS, F. C. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM: uma avaliação crítica. **Sustentabilidade em Debate**, v. 5, n. 3, p. 222-244, set./dez. 2014.

CMMD. World Commission on Environment and Development Our common future. Oxford: Oxford University Press, 1987.

CONTE. C. P. Social participation in Public Policies on the Environment: an analysis from the 2019 Fraternity Campaign and the Church's Social Doctrine. **Cad. Fé e Cultura**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 137-144, 2019.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos. **Boletim de conjuntura**. Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2021/boletimconjuntura29.html>. Acesso em 23 de out. de 2023.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012>. Acesso em 23 de out. de 2023.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Erradicando a pobreza e promovendo a prosperidade em um mundo em mudança Subsídios ao acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9452/1/ODS_Erradicando_da_pobreza%20e%20promovendo%20a%20prosperidade.pdf. Acesso em 22 de out. de 2023.

FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica *Laudato Si'***: Sobre o cuidado da casa comum. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em 29 ago. 2023.

MAHNIC, C. de L. P.; SANTOS, D. F.; VAN BELLEN, H. M. Um Panorama dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nas Capitais Brasileiras. **Revista grifos**, vol. 29, núm. 50, pp. 52-74, 2020. Disponível em <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/issue/view/280>. Acesso em 10 de outubro de 2023.

MARCIAL, E. C. et al. **Megatendências mundiais 2030**: o que entidades e personalidades internacionais pensam sobre o futuro do mundo? Brasília: Ipea, 2015.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7237618/mod_resource/content/1/M

arina%20Marconi%2C%20Eva%20Lakatos_Fundamentos%20de%20metodologia%20cient%3%ADfica.pdf. Acesso em 29 ago. 2023.

NILSON, E.; OLIVEIRA E SILVA, D.; ELL, É.; UBARANA, J. Fundação Oswaldo Cruz – Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS) CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 12/2023 a 18 jun. de 2023. **A insegurança alimentar no mundo (SOFI2023): como está o mundo pós-pandemia e para onde devemos caminhar?** p. 111 A 121. Disponível em: www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icitc/60717/cadernos_cris-friocruz-informe_12_23_sobre_saude_global_e_diplomacia_da_saude_vfinal_pdf.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 01 de out. de 2023.

ODM BRASIL. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>. Acesso em 29 ago. 2023.

ODS BRASIL. **Indicadores Brasileiros para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em 29 ago. 2023.

OECD. **Shaping the 21th Century: The Contribution of Development Cooperation Development Assistance Committe – DAC**. 1996. Disponível em <<http://www.oecd.org/dac/2508761.pdf>>. Acesso em 19 de outubro de 2023.
SACHS, Ignacy. **A Terceira Margem: em busca do ecodesenvolvimento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PEREIRA, P. A. **Concepções e propostas de políticas sociais em curso: tendências, perspectivas e consequências**. Brasília: NEPPPOS/CEAM/UnB, 1994.

UNITED NATIONS. **The future we Want**. 2012. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/futurewewant.html>. Acesso em: 12 de outubro de 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando o nosso mundo**: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Resolução A/RES/70/1 [internet]. Nova Iorque: UN; 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em 22 de março de 2023.

Este artigo já foi publicado sob uma licença *Creative Commons Attribution - Non Commercial 4.0 International* (conforme <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.1-067>)